

BOLETIM INFORMATIVO

A REVISTA DO SISTEMA

SISTEMA FAEP



Ano XXV nº 1392 | 19/06/2017 a 25/06/2017

Tiragem desta edição 26.000 exemplares

MERCADO

O QUE FAZER COM O MILHO?

Safrona tem registrado alta produtividade, mas a saca de 60 quilos vale R\$ 20,63. Em maio de 2016, o preço chegou a R\$ 39,98. Outra dúvida do agricultor é onde armazenar o grão

sistemafaep.org.br

Aos leitores

O que antes era conhecida como milho safrinha, há alguns anos já perdeu, nas rodas dos produtores, essa denominação. Tudo por causa do crescimento ano a ano da colheita do grão. A produtividade da safrona de milho deste ano cresceu 24% em relação à temporada passada. Mas o preço da saca não acompanhou o desempenho das lavouras. O preço da saca de 60 quilos, em maio de 2016, quase bateu na casa dos R\$ 40. Maio deste ano chegou a R\$ 20,63. Os produtores precisam encarar um dilema: vender ou estocar?

Vale a pena guardar à espera de uma queda na produção nos EUA? O custo da armazenagem pode trazer mais gastos aos agricultores se o preço da saca não reagir.

Nesta edição, uma reportagem mostra como a Alemanha venceu os entraves legais e renova sua legislação para facilitar a produção de energias alternativas.

Boa leitura.

Expediente

• FAEP - Federação de Agricultura do Estado do Paraná

Presidente: Ágide Meneguette | **Vice-Presidentes:** Guerino Guandalini, Nelson Teodoro de Oliveira, Francisco Carlos do Nascimento, Oraldi Caldato, Ivo Pierin Júnior e Paulo Roberto Orso | **Diretores Secretários:** Livaldo Gemin e Mar Sakashita **Diretores**

Financeiros: João Luiz Rodrigues Biscaia e Julio Cesar Meneguetti | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Ciro Tadeu Alcantara e Ana Thereza da Costa Ribeiro |

Delegados Representantes: Ágide Meneguette, João Luiz Rodrigues Biscaia, Francisco Carlos do Nascimento e Renato Antônio Fontana

• SENAR-PR - Administração Regional do Estado do PR

Conselho Administrativo | **Presidente:** Ágide Meneguette | **Membros Efetivos:** Ademir Mueller - FETAEP, Rosanne Curí Zarattini - SENAR AC, Darci Piana - FECOMÉRCIO e Wilson Thiesen - OCEPAR | **Conselho Fiscal:** Sebastião Olímpio Santarozza, Paulo José Buso Junior e Marcos Junior Brambilla | **Superintendência:** Humberto Malucelli Neto

• BOLETIM INFORMATIVO

Coordenação de Comunicação Social: Cynthia Calderon

Edição: Ricardo Medeiros

Redação e Revisão: André Amorim e Carlos Guimarães Filho

Projeto Gráfico e Diagramação: Diogo Figueira

Publicação semanal editada pelas Assessorias de Comunicação Social (ACS) da FAEP e SENAR-PR. Permitida a reprodução total ou parcial. Pede-se citar a fonte.

Fotos da Edição 1392:

Fernando Santos, Milton Doria, André Amorim, Shutterstock, Divulgação e Arquivo FAEP

ÍNDICE



MILHO Safrona em xeque

PAG. 4

VIAGEM TÉCNICA

Legislação alemã favorece a produção de energia renovável

Pág. 8

VAZIO SANITÁRIO

90 dias sem soja no campo

Pág. 13

TRABALHO

Presidente da FAEP participa de conferência na Suíça

Pág. 14

HISTÓRIA

Projeto Manhattan – como nasceu a bomba atômica

Pág. 18

Código Florestal – uma legislação que precisa ser respeitada



O novo Código Florestal é uma conquista por ser mais racional do que o anterior, que penalizava os produtores que teriam que abrir mão de áreas importantes para a sustentabilidade econômica da propriedade rural. Para se chegar a esse ponto de equilíbrio, a nova legislação foi debatida durante 13 anos.

Foi com esse entendimento de consenso que o Sistema FAEP/SENAR-PR investiu todos os recursos em cada uma das etapas do novo Código Florestal. Foram realizadas ações antes e depois de sua aprovação, que incluíram desde estudos, capacitações, divulgação e sugestões de melhorias ao programa de Cadastro Ambiental Rural (CAR), que apresentou problemas. Também

foram apresentadas demandas ao governo federal e contribuição ao governo estadual para a construção do Código Estadual e do Decreto n.º 2.711/2015, que instituiu o Programa de Regularização Ambiental no Estado (PRA).

Tudo buscando uma produção sustentável, sem punir aquele que produz, que é ao mesmo tempo quem preserva. Estudo da Embrapa Monitoramento por Satélite aponta que os agricultores preservam cerca de 18% da área total do Paraná, seis vezes mais do que a área protegida pelas unidades de conservação e terras indígenas.

Avançamos em alguns pontos com o novo Código Florestal, mas ainda impera a ideologia. São visões de quem não reconhece a legitimidade da lei e, por não a reconhecer, se sente no direito de ignorá-la. O Ministério Público Federal, por exemplo, promoveu três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIN) junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando as principais conquistas do novo Código, como: áreas consolidadas, isenção de recuperação de área de Reserva Legal para propriedades de até quatro módulos fiscais (72 hectares) e a possibilidade da soma de áreas de Preservação Permanente no cômputo da Reserva Legal.

Esses questionamentos prejudicaram a implantação do Código e atrasaram realizações importantes como a análise dos cadastros, definição de regras para compensação de Reserva Legal e, principalmente, a execução do PRA.

A revisão dos termos de compromissos assinados no Sistema Estadual de Registro da Reserva Legal (Sisleg), peculiaridade específica do Estado, também foi abordada no Decreto n.º 2.711/2015, porém, até agora nenhum termo foi analisado, embora esteja na lei.

O decreto também regulamentou os procedimentos nos cartórios de registros de imóveis em relação ao CAR. A Corregedoria da Justiça do Estado do Paraná acatou pedido da FAEP de reconhecimento do CAR, como documento suficiente para modificações nas propriedades rurais, entretanto, em 2016, a obrigatoriedade da análise e verificação para qualquer modificação no cartório de registro de imóveis retornou, atendendo solicitação do Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e permanecendo a insegurança jurídica e o descumprimento da legislação em vigor.

Esses são alguns dos casos em que o novo Código não está sendo considerado, trazendo novamente um clima de insegurança jurídica. O debate já estava superado, mas continuamos paralisados. E não haverá avanço enquanto as legislações federal e estadual não forem respeitadas. Enquanto isso, continuamos vivendo na incerteza.

Ágide Meneguette, presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Safrona na berlinda

Com a colheita registrando altas produtividades e a saca valendo metade em relação há um ano, produtores se encontram numa encruzilhada: o que fazer com o milho?

Por Carlos Guimarães Filho



Na mesma proporção que avança a colheita da safrona de milho no Paraná cresce o ponto de interrogação na cabeça dos produtores que apostaram no cereal no inverno. Com os painéis das máquinas agrícolas marcando altas produtividades, média de 5,7 mil quilos por hectare, 24% maior em relação à temporada passada, e a saca de 60 quilos valendo R\$ 20,63, metade da cotação de maio de 2016 (R\$ 39,98), paira a dúvida de como o mercado irá se comportar daqui para frente.

De acordo com levantamento do Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (Seab), a safrona paranaense deve render 13,8 milhões de toneladas, aumento de 36% na comparação com a anterior, 10,1 milhões de toneladas a mais. Na análise do histórico estadual, a colheita que se desenha é 213,6% maior em relação as 4,4 milhões de toneladas da safra 2008/09, quando ainda era chamada de safrinha. No mesmo período, a área aumentou apenas

194,3 mi/t

Essa é a estimativa dos estoques de milho nos Estados Unidos para a safra 2017/18, pressionando para baixo o preço do cereal por aqui no longo prazo

53%, de 1,5 milhão de hectares para 2,3 milhões de hectares.

“Não é apenas o Paraná que terá uma super safrinha. É o Brasil inteiro. Todos os estados estão registrando grandes colheitas. Os problemas climáticos foram localizados, sem alterar o quadro geral”, aponta Paulo Molinari, analista da consultoria Safras e Mercado. “A tendência é a melhora do clima, com a redução das chuvas, favorecendo a colheita do milho safrinha”, complementa o meteorologista Luiz Renato Lazinski, do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).

Inicialmente, as baixas cotações, em relação ao mesmo período de 2016, devem induzir os produtores a segurar o milho, na expectativa de preços melhores. Esse será o procedimento adotado por Renato Archile Martini quando iniciar a colheita na sua propriedade em Santa Tereza do Oeste, na região Oeste do Estado, daqui a algumas semanas. Até o momento, Martini não comercializou nada da safra.

“Vou vender apenas o necessário para pagar as contas, que não podem ser proteladas. O restante, minha intenção é reter na esperança de melhores preços ou conforme a necessidade financeira”, diz o produtor, que irá entregar a futura produção retirada dos 200 hectares dedicados ao cereal na cooperativa e em uma cerealista da região.

“A gente peca um pouco ainda na comercialização, pois não tem o hábito de fazer antecipado. Ainda estamos engatinhando na questão de travar preço”, complementa Martini, que mantém armazenados 60% das 21 mil sacas de soja colhidas no verão. O produtor estima atingir 6 mil quilos de milho por hectare, acima da média estadual estimada pela Seab.

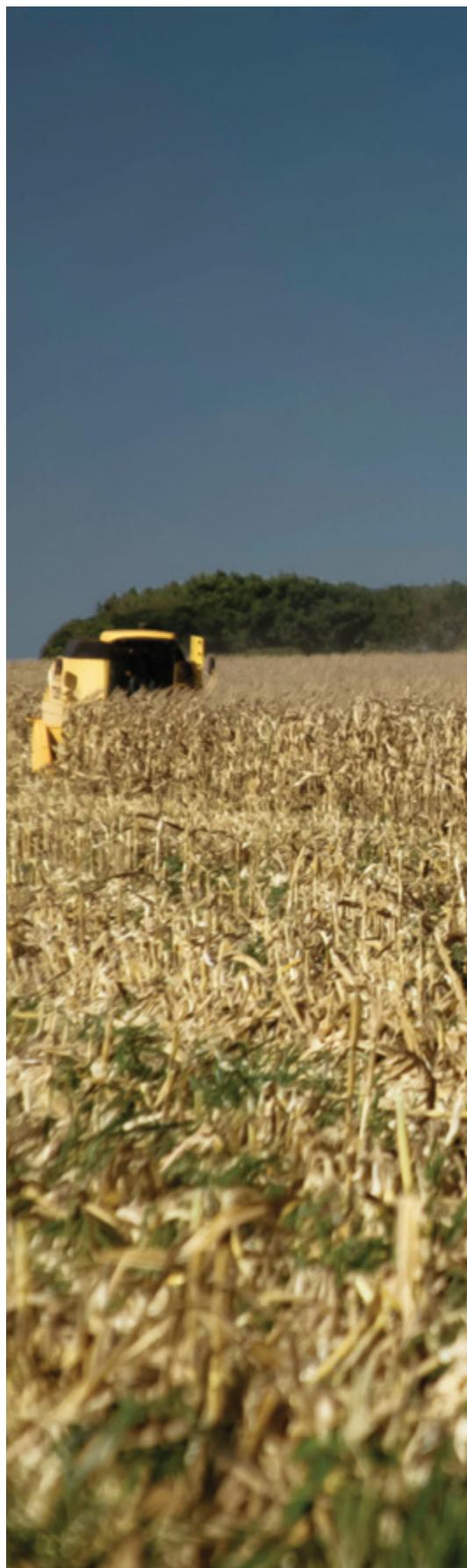
O comportamento conservador do setor produtivo, retraindo as vendas, irá gerar efeitos colaterais. A capacidade estadual de armazenagem limitada somada à soja que ainda não foi comercializada, também a espera de melhores preços, devem causar transtornos logísticos ao agronegócio. Segundo dados da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), o Paraná conta com armazéns para abrigar 29,6 milhões de toneladas, estrutura insuficiente para as 42 milhões de toneladas de grãos da atual safra – 19 de oleaginosa, 18,2 somando milhos verão e safrinha, 3,2 de trigo e 1,5 das outras culturas.

“Acredito que o produtor irá segurar um pouco para ver o desdobramento da safra norte-americana. Porém, é preciso fazer a conta. Se [a produção] estiver em armazéns de terceiros talvez fique caro. Mas se for armazenagem própria pode segurar para ver como o mercado se comporta”, diz Ivo Carlos Arnt Filho, produtor e presidente da Comissão Técnica de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP.

Hemisfério Norte

Os meses de junho e julho são cruciais para definir a estratégia dos produtores brasileiros e paranaenses. Isso porque é neste período que se define a safra norte-americana de milho e, tradicionalmente, o que ocorre por lá impacta por aqui. “Tudo depende da safra americana. A exportação brasileira está calçada neles. O preço deve acompanhar o desenvolvimento por lá”, aponta Arnt.

Porém, para frustração do setor produtivo nacional, as infor-





SOBE

Nas últimas nove temporadas, a safrinha de milho se transformou em safrona, com crescimento de 213,6% da produção.

Fonte: Seab



mações em relação ao desenvolvimento da safra no Hemisfério Norte não são animadoras. O último relatório do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda), divulgado na primeira quinzena de junho, estima a colheita do cereal em 1 bilhão de toneladas, redução de apenas 1,8 milhão em relação ao documento anterior.

“A safra americana começou com muita chuva e frio, que atrapalhou um pouco, mas eles conseguiram plantar. As chuvas vão diminuir no Meio Oeste tanto em junho como em julho. Vai chover abaixo da média, mas não vejo problemas porque o solo está encharcado. Se depender do clima, os Estados Unidos terão uma boa safra”, diz o Lazinski, do Inmet.

Exportação

Uma eventual saída para os produtores seria o aumento da exportação de milho, permitindo um reajuste de preço da commodity por aqui. Para o analista Paulo Molinari, da consultoria Safras e Mercado, o Brasil precisa “encontrar um jeito” de colocar entre 35 e 40 milhões de toneladas no mercado internacional.

“Essa quantidade seria a ideal, mas será difícil. O esforço é chegar antes que os concorrentes. Para isso, os produtores não podem reter o produto, precisam vender para o sistema funcionar e as tradings disponibilizarem o produto lá fora”, reforça.

Se depender do histórico brasileiro de comercialização do milho no mercado internacional, dificilmente isso irá ocorrer. A exportação recorde do cereal é de 34 milhões de toneladas em 2015, quando os estoques norte-americanos estavam baixos, tirando o gigante da concorrência. Conforme o último relatório do Usda, os estoques nos Estados Unidos para a safra 2017/18 estão estimados em 194,3 milhões de toneladas, considerado alto. “Os dados divulgados pressionam para baixo o preço do milho por aqui no longo prazo”, diz a engenheira agrônoma Ana Paula Kowalski, do Departamento Técnico Econômico (DTE) da FAEP.

“Acredito que o produtor irá segurar um pouco para ver o desdobramento da safra norte-americana. Porém, é preciso fazer a conta. Se [a produção] estiver em armazéns de terceiros talvez fique caro. Mas se for armazenagem própria pode segurar para ver como o mercado se comporta”

*Ivo Carlos Arnt Filho,
produtor e presidente da Comissão Técnica
de Cereais, Fibras e Oleaginosas da FAEP*

R\$ 20,63

É o valor pago pela saca de 60 quilos em maio deste ano. No mesmo mês de 2016, o produtor recebeu R\$ 39,98

Mercado interno

Mesmo que de forma paliativa, o mercado interno traz algum alento para os produtores de milho. A começar pelo consumo do cereal pelas cadeias de carne. No ano passado, os produtores de frango, suínos e pecuárias de corte e leite sofreram com o preço elevado da commodity, utilizada para compor a ração dos animais, gerando alta no custo de produção.

“Tem um incentivo do lado do consumo, coisa de dois, três milhões de toneladas a mais em relação ao ano passado. Porém, as cadeias de carne não têm elasticidade para acompanhar o avanço de oferta, que é muito maior. A demanda interna não consegue”, aponta Molinari.

Na avicultura, por exemplo, o Paraná conta com 40 fábricas de ração que produzem, juntas, aproximadamente 25 mil toneladas por dia para abastecer os aviários de corte e matrizeiros.

Outro fato que interessa diretamente aos produtores paranaenses é o estímulo que o governo do Mato

Grosso, maior produtor nacional de milho safrinha, com estimativa de 25,1 milhões de toneladas na atual temporada, tem dado à produção comercial de etanol a partir do cereal. Ou seja, o combustível aparece como oportunidade de negócio ao agregar valor à commodity e, consequentemente, tira parte da safra mato-grossense do mercado.

“Eles estão usando bastante milho para produção de etanol, com algumas usinas flex. Acaba que é um concorrente a menos para o milho do Paraná”, diz o presidente da Comissão Técnica de Cereais da FAEP.

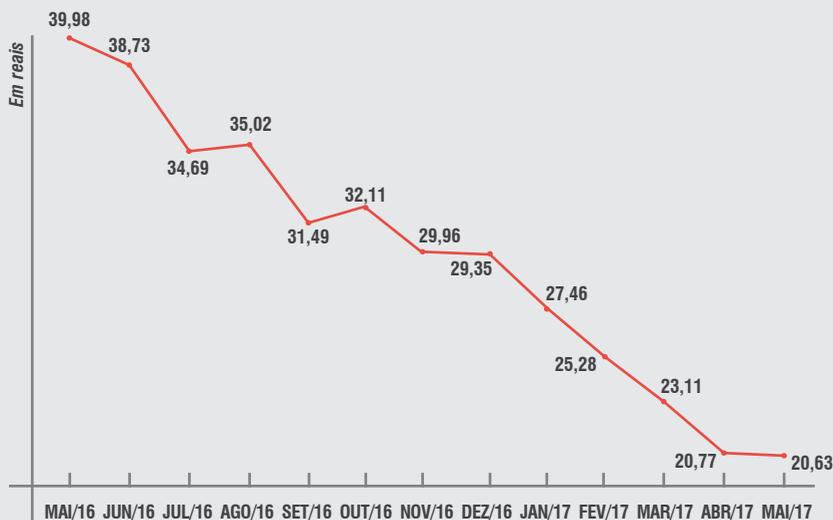
Somente a planta da multinacional norte-americana Summit Agricultural Group, em fase de construção na cidade de Lucas do Rio Verde (MT), prevista para começar a operação em agosto, irá consumir 1 milhão de toneladas de milho por ano para produzir 220 milhões de litros de etanol/ano. Outras usinas semelhantes estão se espalhando pelo Mato Grosso.



Fonte: Seab


DESCE

Os últimos 12 meses não registraram boas cotações para o milho. Desde maio de 2016, o preço da saca de 60 quilos caiu 48,3%.



No caminho da sustentabilidade

Países europeus investem no aproveitamento de fontes de energia renováveis. No Brasil, entraves legais e a falta de uma legislação objetiva inibem interessados

Por André Amorim



O futuro da geração de energia no Brasil está nas fontes renováveis. O país é abundante tanto na produção de biomassa, quanto na geração de dejetos de animais, sem falar na incidência de luz solar e no seu potencial eólico. Todas estas fontes podem ser convertidas em energia elétrica, trazendo economia para quem gera e poupando o meio ambiente da exploração de recursos naturais.

Para conhecer novas realidades da produção de biogás, energia eólica e energia solar, uma comitiva composta por 36 pessoas, entre produtores, lideranças rurais, técnicos do Sistema FAEP/SENAR-PR e representantes de órgãos de governo da área da energia, desembarcou na Europa no último dia 11 de junho.

O roteiro inclui visitas a centros de pesquisa, universidades, usinas de geração e propriedades rurais na Alemanha, Áustria e Itália. O objetivo desta viagem técnica é conhecer o sistema de produção de energia renovável nestes países, para verificar o que pode ser aplicado no

9 mil

Usinas de biogás existem na Alemanha

Paraná, principalmente no meio rural, de modo a aproveitar os dejetos animais e vegetais disponíveis para geração de energia dentro das propriedades.

Além de conhecer as técnicas e tecnologias empregadas na produção de energia renovável, a comitiva tem

como missão investigar como os três países europeus trabalharam suas leis para permitir que esse tipo de atividade prosperasse. No Brasil, os entraves legais e a falta de uma legislação objetiva colocam os produtores interessados em aderir a estas novas possibilidades energéticas no escuro.

Pesquisa energética

A primeira parada do roteiro foi Munique, onde a comitiva pôde conhecer as iniciativas da região da Baviera, no Sul do país. A visita inicial foi na Universidade de Munique, na qual existem pesquisas de novas tecnologias para geração de biogás por meio de diferentes tipos de resíduos.

A instituição possui 27 polos de pesquisa na Baviera, sendo a principal unidade a visitada pela comitiva brasileira. Segundo Georg Wendl, diretor da área de agricultura e energias renováveis da instituição, no local é feita a avaliação do potencial de geração de energia a partir de diversas fontes diferente de biomassa e dejetos de animais. No campus existe uma fazenda experimental de 400 hectares com 120 vacas leiteiras da raça simental.

Todo processo é automatizado. Os estábulos são equipados com comedouros com balanças que medem quanto cada animal comeu e quando isso ocorreu. As salas de ordenha são equipadas com dois tipos diferentes de robôs.

Os dejetos dos bovinos são destinados a uma usina de biogás dentro da universidade, com capacidade de geração de 75 quilowats hora (kWh). Além do esterco, é utilizada biomassa de vegetais, como silagem de milho e beterraba. Futuramente está previsto o uso de óleo de

canola neste processo. Com uma geração entre 2 e 2,5 mil metros cúbicos de biogás por dia, os pesquisadores alemães utilizam a energia térmica para aquecer a fermentação dos substratos no inverno e as dependências de três edifícios do campus.

O uso da energia térmica é estratégica em um país com inverno rigoroso como a Alemanha. Por isso, há incentivos governamentais para que o calor da geração seja aproveitado.

Matriz sustentável

De acordo com Marion Wissheu, representante da Fachverband, associação que reúne produtores e empresas que utilizam o biogás, as energias renováveis correspondem a 31% da matriz energética alemã. O carvão vegetal representa 25%; o carvão mineral 19%; o gás natural 10%; e a energia nuclear 15%. Até 2025, a expectativa é que todas as usinas nucleares deverão ser desativadas no país. O uso do carvão mineral também deve ser suspenso. Com isso, o setor energético alemão tem grande necessidade de diversificar sua matriz até lá.

Entre as energias renováveis, a eólica representa 34,8%; a fotovoltaica (solar) 21,7%; a bioenergia 30,6%; a hidrelétrica 12,8%; e a geotérmica 0,1%.

A palestra na Fachverband, ainda em Munique, foi a segunda parada da comitiva paranaense. A associação atua na promoção do uso do biogás, dando apoio à pesquisas, oferecendo consultoria e fazendo lobby político para que haja mudanças favoráveis na legislação alemã.

Segundo Marion, a lei que rege as energias renováveis



passou por várias mudanças ao longo dos anos e atualmente está na sua sexta versão. Diferente do Brasil, todo gerador deve estar obrigatoriamente conectado à rede de distribuição.

Entre 2000 e 2004, a legislação favoreceu a criação de usinas de biogás. Durante este período, surgiram uma média de 250 usinas por ano. A cada nova versão da lei, os subsídios do governo são modificados. Essa atualização beneficia a redução de emissões de gases causadores do efeito estufa.

Os produtores paranaenses visitaram uma propriedade onde está instalada uma das primeiras usinas de biogás da Alemanha. Criada em 1996, a planta trabalha com quatro diferentes tipos de matéria-prima, como gordura e óleo usados, recolhidos de restaurantes e lanchonetes da região; restos de comida; biomassa; e esterco de 262 bovinos da raça simental.

Com potência instalada para geração de 730 kWh, a usina trabalha com 550 kWh, o que já seria suficiente para atender cerca de mil casas. O excedente que não é aproveitado na fazenda é injetado na rede fornecedora de energia da região. Para cada kWh é pago 10 centavos de euro. No inverno, o calor gerado pelo motor é usado para aquecer a sede da propriedade, os estábulos e a água dos animais. O biofertilizante que sobra do processo é vendido por 2 euros o metro cúbico.

Baviera

Com 8 milhões de habitantes (cerca de 10% da população alemã), a Baviera é uma importante região produtora da Alemanha. De acordo com Georg Wendl, diretor da área de agricultura e energias renováveis da Universidade de Munique, ela concentra 35% da área agrícola e responde por 75% do total da produção de carne bovina e de leite do país europeu. As propriedades têm em média 40 hectares e criam 35 vacas de leite. A mão de obra

é praticamente toda familiar. Segundo Wendl, 60% das propriedades não conseguem se sustentar apenas com a agricultura, sendo necessário diversificar as atividades. A dificuldade de manter a produção em pequenas áreas, de acordo com o diretor, está levando muitas pequenas propriedades a desaparecer. Na opinião do especialista, a média de 35 vacas por propriedade é muito pequena, o que torna inviável esse modelo. A tendência, para Wendl, é que apenas propriedades de maior porte sobrevivam.

Como é a distribuição da geração de energias renováveis na Alemanha

Eólica	34,8%
Fotovoltaica	21,7%
Bioenergia	30,6%
Hidrelétrica	12,8%
Geotérmica	0,1%

Fonte: Fachverband





“Acho que a viagem técnica está sendo boa, muito esclarecedora. A equipe que está junto é muito boa, companheira, dá para entender, porque estão sempre junto, sempre explicando, achei muito bom. Gostei de ver as coisas tão lindas, bastante gente. A gente com certeza vai voltar com muito conteúdo dessa viagem.”

Estefano Bartchechen,
presidente do Sindicato Rural de Araruna



“Uma viagem muito proveitosa. Estamos aproveitando a viagem ao extremo, as palestras técnicas, as visitas. É bastante importante levar esse conhecimento sobre as energias renováveis para o Brasil, porque lá existe pouco. Está sendo muito bom.”

Ademar Valdir Lange,
presidente do Sindicato Rural de Pranchita



“Primeiramente acho que temos que cumprimentar a FAEP e toda equipe de apoio aqui presente e dizer que na Europa estamos vendo várias experiências nas usinas de biogás e de bioenergia de um modo geral. A Europa está à frente do Brasil pelo menos uns 30 anos. Tudo bem que aqui tem muito apoio das políticas agrárias. É o que falta pra nós. Potencial nós temos, o que não temos é uma política agrícola decente voltada para o produtor.”

Carlos Eduardo Daguano,
presidente do Sindicato Rural de Alvorada do Sul



“Como sempre a integração está sendo uma das melhores partes, em toda viagem. A gente está aprendendo muito. A cada instante a gente aprende, independentemente da idade, temos que ser eternos aprendizes.”

Ciro Tadeu Alcântara,
presidente do Sindicato Rural de Ribeirão do Pinhal



“A gente está tendo um conhecimento novo na questão das energias renováveis. Nós vemos que nosso Estado ainda tem muito que avançar. No futuro vamos ter falta de energia. Essa é uma oportunidade de ver o que tem aqui para instalar no Brasil. É muito importante vim ver aqui. A FAEP está proporcionando um conhecimento novo para nós.”

Milton Luis Feldkircher,
presidente do Sindicato Rural de Mangueirinha



“A gente está conhecendo muita coisa interessante aqui na Europa. Estivemos conhecendo algumas usinas de biogás e a gente viu uma coisa que não conhecia. Eu sabia que a gente usava dejetos de animais. Estamos vendo aqui com silagem de milho, de aveia.”

Irmal Aparecido Basso,
presidente do Sindicato Rural de Rondon



“Estamos conhecendo algumas tecnologias que a gente sabia que existia, mas não tinha a dimensão do quanto era utilizado na Europa. Passei agora uma mensagem para um irmão meu no Mato Grosso falando dos mais de cem hectares com placa solar que vimos aqui e ele falou, ‘que tal isso aqui no sol do Mato Grosso?’ Então vemos que estamos perdendo tempo no Brasil com a possibilidade dessas energias limpas e alternativas.”

Augustinho Andreatto,
presidente do Sindicato Rural de Prudentópolis



“Para nós é importante conhecer outros sistemas de tratamento de dejetos. É quando acontece a atualização da área técnica. Um dos pontos mais interessantes foi a palestra da Fachverband, em Munique, onde nos foi apresentado o constante aprimoramento da legislação alemã, fazendo os ajustes necessários ao longo do processo. No Brasil, nós não temos esse tipo de resposta.”

Ana Cecília Bastos Aresta Nowacki,
chefe de gabinete do IAP

Agricultor de energia

Na Alemanha, propriedade transforma grãos em biogás



Comitiva brasileira conheceu a propriedade de Gerhard Regen (no centro de camisa xadrez)

Plantar grãos e colher energia. É isso que ocorre na propriedade de Gerhard Regen, de 150 hectares, na cidade de Dorfen, na Alemanha. A fazenda, que trabalha com milho e trigo, destina 100% de sua produção para geração de energia por meio da produção de biogás.

Quando a lei de energias renováveis foi criada no país europeu, o produtor decidiu aproveitar os subsídios oferecidos para instalar na propriedade um sistema de captação de energia fotovoltaico e uma usina de biogás. Até 2004, Regen ainda dividia seu tempo entre a produção de grãos para geração de energia e a de leite, com 20 vacas, mas a atividade leiteira acabou perdendo espaço e foi abandonada para ele se dedicar exclusivamente à bioenergia.

O sistema de geração por meio do biogás gera 330 kWh e outros 100 kWh são oriundos da energia solar. A produção é injetada na rede de distribuição. Outro sistema fotovoltaico de menor porte atende apenas à demanda da propriedade.

Segundo Regen, em 2008 os vizinhos notaram que seu sistema estava funcionando bem e começaram a destinar seus resíduos de animais e silagem de grãos para ele, em um sistema de parceria, recebendo em troca o biofertilizante,

resultante do processo de geração de energia.

Por ano, ele utiliza cerca de 6,5 mil toneladas de biomassa, sendo 2,8 mil de silagem de milho e o restante de trigo e pastagem. “Esse volume varia conforme o desempenho da agricultura naquele ano”, afirma. Com isso, a produção de energia fica em torno de 2,3 milhões de kWh de energia elétrica e outros 1,8 milhão de kWh de energia térmica por ano. A eletricidade abastece 750 casas da região e o calor é destinado para o aquecimento de 50 residências. A utilização do calor gerado no processo de conversão do gás em energia elétrica recebe subsídio do governo. Além disso, Regen recebe um centavo de euro a mais por kWh gerado por conta da

redução de emissões de gás carbônico.

O governo alemão construiu a ligação da sua propriedade com a rede de energia térmica. Em contrapartida, durante 10 anos, Regen não recebeu nada pela venda da energia oriunda de sua propriedade. No ano que vem, esse período termina e ele passa a receber integralmente pela energia fornecida.

Para o presidente do Sindicato Rural de Carambeí, Ricardo Wolter, a visita foi interessante, mas ainda é muito distante da realidade brasileira. “O modelo no Brasil poderia ser de pequenas propriedades e seus vizinhos, buscando a autossuficiência sem depender do investimento estatal.” Na opinião do dirigente, faltam recursos e políticas de Estado para viabilizar algo semelhante. “Falta o reconhecimento do Estado da real necessidade disso e uma legislação que permita comercializar esse gás e essa energia”, avalia.

Segundo Regen, seu faturamento anual gira em torno de 50 mil euros. “Dá para viver bem”, avalia. Para aprimorar seu conhecimento técnico, ele realiza um intercâmbio com a França, por meio do qual viaja uma vez por ano para o país vizinho e da mesma forma recebe produtores franceses para troca de experiências.

Barreira contra a ferrugem asiática

Período do vazio sanitário começou no Paraná. Produtores de soja não podem manter durante 90 dias plantas vivas em suas lavouras



produtividade. De acordo com dados do Consórcio Antiferrugem, coordenado pela Embrapa, a ferrugem asiática gera perdas superiores a R\$ 6 bilhões por safra no Brasil. A prática do vazio sanitário contribui para reduzir o número de aplicações de fungicidas para o controle da doença. Na safra 2015/16, foram registrados 121 casos de ferrugem no Paraná.

O plantio da soja é permitido de 16 de setembro até 31 de dezembro. A colheita do grão vai até 15 de maio. Na safra atual, a área de plantio de soja atingiu 5,26 milhões de hectares, 0,4% menor em relação à temporada passada. O Paraná é o segundo maior produtor do país, com produção de 16,7 milhões de toneladas de grãos.

Campanha

Para difundir o vazio sanitário, panfletos com orientações sobre cuidados e prazos estão sendo distribuídos em rodovias, transportado-

ras e nas barreiras interestaduais.

Caso o produtor não cumpra o vazio sanitário poderá receber advertência, multa, proibição de comércio e até mesmo interdição da propriedade e proibição de acesso ao crédito rural. A multa pode variar de R\$ 8.565 a R\$ 15.413. O Vazio Sanitário é restrito à cultura da soja. Em 2006, a medida foi instituída em Mato Grosso, Goiás e Tocantins. Em 2007, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) publicou a Instrução Normativa n.º 2, instituindo o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS). O programa estabeleceu que os estados deveriam manter um calendário de semeadura de soja, com um período de, pelo menos, 60 dias sem a presença de plantas cultivadas ou voluntárias.

O vazio sanitário no Paraná começou em 15 de junho. Durante 90 dias (até 15 de setembro), os produtores de soja do Estado não podem manter plantas vivas da cultura em suas lavouras. O manejo ajuda a evitar a incidência de ferrugem asiática – doença que ataca a planta e traz prejuízos aos agricultores – durante a entressafra. A medida é obrigatória em mais dez estados, além do Paraná, e no Distrito Federal. O período do vazio foi estabelecido levando em conta que os esporos causadores da ferrugem sobrevivem 55 dias no ar.

A doença é causada pelo fungo *Phakopsora pachyrhizi*, presente em todas as regiões produtoras do país. A ferrugem asiática gera a desfolha precoce da planta, prejudicando a formação e enchimento dos grãos, o que impacta na

Negociação nas relações de emprego

Presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, lidera delegação de entidades patronais na Suíça



Ágide Meneguette discursa durante Assembleia da OIT em Genebra, Suíça

O presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, Ágide Meneguette, participou da 106.^a Assembleia Geral da Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que todos os anos reúne em Genebra, na Suíça, cerca de 3 mil representantes de governos e organizações de empregadores e trabalhadores dos 187 países membros da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Durante a CIT, as delegações discutem temas relacionados ao mundo do trabalho e definem as políticas gerais da OIT. Representando a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), que é a coordenadora do grupo dos empregadores desta sessão, Meneguette levou à CIT um panorama das discussões sobre a modernização trabalhista no Brasil.

Em seu pronunciamento, no dia 14 de maio, ele defendeu a atualização da legislação trabalhista brasileira como uma das saídas para fomentar a criação de empre-

gos e retomar o crescimento do país. “Estamos no presente empenhados numa tentativa de ampliar o espaço de negociação nas relações de trabalho, em consonância com as Convenções da OIT, sem sacrifício dos direitos substantivos, que estão protegidos pela Constituição Brasileira. Esperamos, com isso, diminuir a informalidade, incentivar o emprego e reduzir drasticamente os conflitos”, afirmou Meneguette.

No entanto, segundo o presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR, é preciso reconhecer que as rupturas no ambiente produtivo e no mundo do trabalho trazem desafios novos às sociedades, qualquer que seja o estágio do seu desenvolvimento.

Ele defendeu ainda um sistema mais flexível, que incentive as empresas a empregar e amplie o espaço do trabalho formal, ao mesmo tempo em que atenda ao desafio de inserir nas agendas cada vez mais as práticas

sustentáveis, inclusive àquelas que se relacionem com o meio ambiente.

A questão ambiental também foi assunto do discurso de abertura do diretor-geral da OIT, Guy Ryder, que afirmou que nada irá distinguir tão claramente a diferença entre os primeiros cem anos de história da OIT e os próximos cem anos quanto à “necessidade de tornar o mundo do trabalho verde”.

Meneguette também destacou as mudanças radicais nas economias e nas sociedades ocorridas nas últimas décadas do século passado e os primeiros anos do século XXI, impulsionadas pela globalização, e as novas tecnologias que alteraram os sistemas de produção e o comportamento dos consumidores em todo o mundo numa velocidade até então desconhecida na história humana. “Os benefícios destas mudanças são incontestáveis e o principal deles é a grande diminuição da pobreza na maioria dos países emergentes.”

Ao finalizar o discurso, Meneguette, que também é vice-presidente da CNA, disse que as entidades patronais estão empenhadas na tentativa de ampliar o espaço de negociação nas relações de trabalho, em consonância com as convenções da OIT, sem sacrifício dos direitos protegidos pela Constituição. “Esperamos, com isso, diminuir a informalidade, incentivar o emprego e reduzir drasticamente os conflitos”, concluiu. A edição deste ano aconteceu de 5 a 16 de junho.

CNA lidera delegação brasileira de entidades patronais

A CNA liderou neste ano a delegação brasileira das entidades patronais na Conferência da OIT. Ágide Meneguette foi o delegado titular da comitiva. O presidente da Federação da Agricultura, Pecuária e Pesca do Rio de Janeiro (Fajerj), Rodolfo Tavares, foi o delegado substituto e membro titular do Comitê de Normas da OIT.

A comitiva da CNA foi composta também pelo assessor de Relações Internacionais, Thiago Masson; pelo coordenador da Comissão Nacional de Relações do Trabalho e Previdência da CNA, Cristiano Zaranza; além dos assessores jurídicos Klauss Dias, da FAEP; Fernanda Fernandes, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado da Bahia (Faeb); e Clemerson Pedrozo, da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Santa Catarina (Faesc).



Ágide Meneguette, ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, e o presidente da Fecomércio, Darci Piana

Embaixadora defende regras trabalhistas claras e objetivas

Para Maria Nazareth Farani Azevêdo, modernização da legislação brasileira é essencial para aumentar segurança jurídica



Presidente da Faerj, Ronaldo Tavares, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo e Ágide Meneguette

O secretário de Relações Internacionais da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Antonio Lisboa, usou o palanque durante a 106.^a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça), para atacar o governo Temer como golpista, ilegítimo e ditador.

Ao citar uma série de fatos ocorridos no Brasil, como o caso Mariana, em Minas Gerais; assassinatos de trabalhadores rurais; violência contra indígenas; e o que ele considerou como “ataques aos direitos sociais e trabalhistas”, como o congelamento de gastos governamentais por 20 anos, a reforma previdenciária e trabalhista, Lisboa distorceu os fatos.

Em seu discurso, a embaixadora Maria Nazareth Farani Azevêdo, representante do Brasil na Organização das Nações Unidas em Genebra, rebateu as afirmações do secretário da CUT. “O governo brasileiro está aberto a

um diálogo franco e construtivo com os parceiros sociais”, afirmou.

Ela defendeu que a emenda constitucional que estipulou um teto para os gastos públicos veio para ajustar os desequilíbrios fiscais existentes que levaram a atual crise econômica. “Sem esse ajuste, os persistentes desequilíbrios fiscais podem levar a um ciclo vicioso de baixo crescimento, alta inflação e desemprego crônico.”

Para a embaixadora, a modernização das leis trabalhistas, que são de 1943, é essencial para o fortalecimento da negociação coletiva, tornando as regras claras e objetivas, de modo a aumentar a segurança jurídica e gerar emprego. A medida ainda permitirá que milhares de trabalhadores saiam da informalidade.

Maria Nazareth lembrou ainda que a Constituição Federal do Brasil consagra uma grande quantidade de direitos trabalhistas para proteger os trabalhadores. “O projeto de lei não altera nenhum direito constitucional. A jornada de trabalho semanal não vai mudar”, lembrou a embaixadora brasileira.

Em relação à Reforma da Previdência Social, Maria Nazareth afirmou que a sociedade civil e os sindicatos podem participar da proposta que ainda está sendo discutida no Congresso. “O diálogo social é forte no Brasil. Também são fortes nossas instituições, a liberdade de expressão e a liberdade de associação.”

Modernização da legislação para um desenvolvimento sustentável

Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, destaca avanços nas relações entre patrões e empregados



Em seu pronunciamento, durante a 106.^a Conferência Internacional do Trabalho (CIT) da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra (Suíça), o ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, destacou as políticas de proteção ao trabalhador em vigor como o abono salarial, o programa de complementação de renda criado em 1986 – beneficiando anualmente em torno de 20 milhões de trabalhadores –, o seguro desemprego, entre outros.

O ministro também reforçou a necessidade de avanço nas relações de trabalho com modelos de contratação flexíveis o suficiente para se adaptarem às mudanças dos novos tempos. “A modernização da legislação apresentada foi construída em três eixos: consolidar direitos, segurança jurídica e geração de empregos.”

Nogueira também lembrou o comprometimento do governo brasileiro com a sustentabilidade ambiental, um dos pilares da Agenda 2030 do Desenvolvimento Sustentável, em que o Brasil foi um dos primeiros países a ratificar o Acordo de Paris sobre Mudanças do Clima. “A Agenda 2030 só pode ser compreendida adequadamente se interpretada de forma integrada e sistêmica”, afirmou o ministro.

Na medida que o Brasil recupere os postos de trabalho perdidos, o ministro diz acreditar na tendência de aumento também de “empregos verdes”. “Temos um papel importantíssimo ao facilitar a adoção de políticas que promovam a erradicação da pobreza e o desenvolvimento sustentável, seja por meio da qualificação profissional, das políticas de emprego ou da proteção social.”

Projeto Manhattan

EUA reuniram cientistas para construir a bomba atômica.

Poderio nuclear levou à destruição de duas cidades

japonesas e o fim da Segunda Guerra Mundial

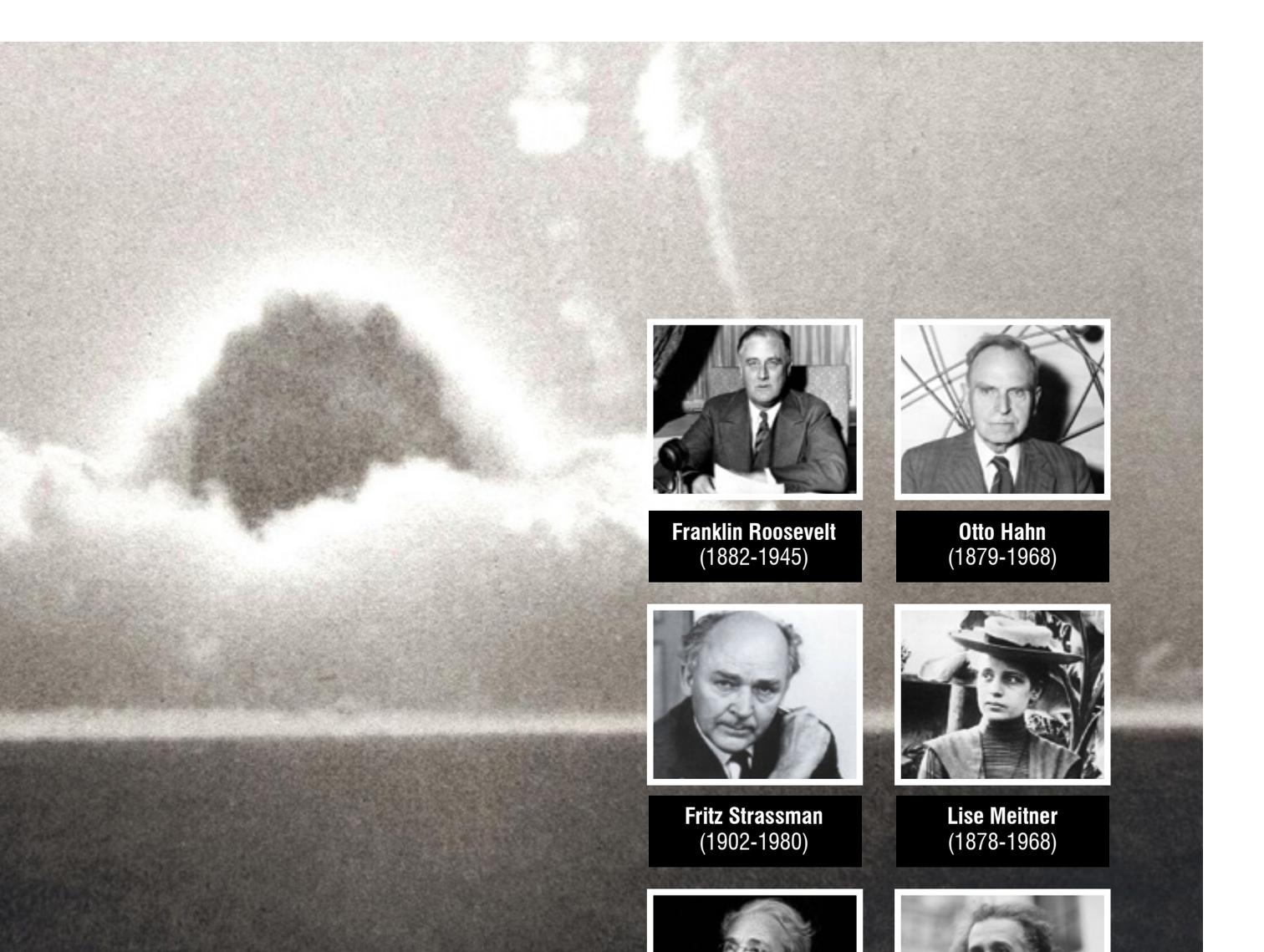
Em agosto de 1939, um grupo de cientistas enviou uma carta endereçada ao então presidente norte-americano, Franklin Roosevelt (1882-1945), para alertar sobre a possibilidade de a Alemanha nazista construir armas nucleares. O temor era que a descoberta da fissão nuclear – reação física que permitiria uma explosão atômica – pelos alemães Otto Hahn (1879-1968), Fritz Strassman (1902-1980) e Lise Meitner (1878-1968), dariam a Hitler o poder ter uma bomba nuclear. A preocupação levantada pelo físico nuclear húngaro Leó Szilárd (1898-1964), radicado nos Estados Unidos, levou à criação do Projeto Manhattan. Szilard convenceu outros cientistas, entre eles o alemão Albert Einstein (1879-1955), também vivendo nos EUA, a apoiarem a iniciativa.

Com o começo da Segunda Guerra Mundial, em setembro de 1939, Roosevelt decidiu pelo desenvolvimento do Projeto Manhattan. O comando foi dividido entre o físico norte-americano Robert Oppenheimer (1904-

1967) e o general Leslie Groves (1896-1970). Os EUA queriam se antecipar à eminente bomba atômica alemã. Os cientistas acreditavam que se os norte-americanos tivessem um artefato nuclear – pelo poder destrutivo do armamento, que possibilitaria a destruição do planeta –, o temor dos inimigos levaria ao fim da Segunda Guerra. O poderio dos Estados Unidos evitaria também futuros conflitos da mesma magnitude.

Os EUA construíram o primeiro reator atômico em 1942, no Met Lab, em Chicago. O Projeto Manhattan mantinha outras três sedes. Em Hanford, no Estado de Washington, os cientistas trabalhavam na produção de plutônio. Em Oak Ridge, no Tennessee, era feita a separação de urânio. Em Los Alamos, no Estado do Novo México, ficava a base onde foram projetadas e construídas as bombas. A primeira, chamada de Trinity, foi detonada no deserto de Los Alamos em 16 de julho de 1945. Trinity tinha potência de 20 quilotons.

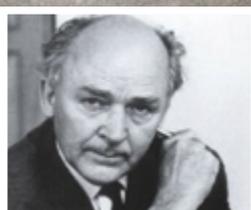
2.0 SEC.
N



Franklin Roosevelt
(1882-1945)



Otto Hahn
(1879-1968)



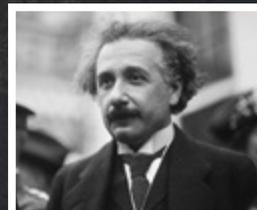
Fritz Strassman
(1902-1980)



Lise Meitner
(1878-1968)



Leó Szilárd
(1898-1964)



Albert Einstein
(1879-1955)



Robert Oppenheimer
(1904-1967)



Leslie Groves
(1896-1970)

A Alemanha já havia sido derrotada e a Grande Guerra tinha terminado em maio de 1945 na Europa, mas o Japão se mantinha no conflito. Um mês depois, os norte-americanos jogaram sobre o território japonês dois artefatos atômicos. A alegação era forçar a rendição japonesa, que veio no dia 14 de agosto, oito dias após o ataque nuclear a Hiroshima e cinco dias depois do bombardeio a Nagasaki.

Cerca de 70 mil pessoas morreram em Hiroshima após a explosão. Em Nagasaki, foram aproximadamente 40 mil. Os números aumentaram significativamente nos dias, meses e anos seguintes em consequência da radiação.

A previsão dos cientistas de que o poder atômico norte-americano colocaria fim à Segunda Guerra Mundial se concretizou, mas o que se viu nos anos posteriores foi uma corrida armamentista que colocou a Terra em perigo inúmeras vezes.

— 100 METERS

Uma cultura sobre rodas

Complexa e organizada, produção paranaense de frango utiliza fluxo rodoviário intenso para ligar toda a cadeia



A cadeia paranaense de produção de frango tem no transporte rodoviário um dos seus principais alicerces logísticos. Complexa e organizada, a atividade depende de uma imensa frota de caminhões para o transporte das aves vivas e reprodutoras, insumos veterinários, ração, ovos férteis e, posteriormente, o produto final para comercialização e/ou exportação. Diariamente, os veículos realizam quase 3 mil viagens (ida e volta) para o abastecimento das regiões produtoras da proteína.

Essa conclusão faz parte do estudo “Potencial de escoamento da Produção Agropecuária Paranaense”,

elaborado pelo Departamento Técnico e Econômico (DTE) da FAEP. O documento traz dados sobre produção e escoamento das principais cadeias do agronegócio paranaense: soja, milho, trigo, feijão, avicultura, suinocultura, bovinocultura de leite, bovinocultura de corte, cultivos florestais, cana-de-açúcar, batata, mandioca e fertilizantes. A logística de escoamento da soja e do fertilizante já foi detalhada nas edições anteriores do Boletim Informativo.

No frango, o uso do transporte rodoviário está diretamente ligado ao potencial da cadeia no Estado. Há mais de 10 anos, o Paraná ocupa a

liderança nacional no frango de corte, responsável por 32% da produção brasileira. Em 2015, última informação disponível, o Estado ultrapassou os 1,7 bilhão de frangos abatidos. Deste montante, 55% abasteceram o mercado interno e o restante, na forma de carne in natura, cortes, salgada, processada e miúdos, foi enviado a mais de 115 países, principalmente via Porto de Paranaguá.

O vai e vem de caminhões cortando as estradas no Paraná permite a ligação dos oito incubatórios, utilizados no processo de chocar os ovos férteis para o fornecimento de pintinhos, os 35 abatedouros (abate e industrializa-

ção do produto final) e os cerca de 25 mil aviários utilizados para a engorda dos animais. No entorno das agroindústrias, num raio de 80 quilômetros, o tráfego é ainda mais intenso em função do transporte de insumos, ração e frangos para abate. Posteriormente, parte dos produtos para comercialização segue viagem de caminhão e outra via ferroviária para os centros de comercialização e o porto paranaense.

O fluxo de caminhões é mais intenso no período de julho a outubro, pois o mercado está aquecido em função das festas de final de ano, o que exige um aumento no abate de animais. Por outro lado, entre dezembro a fevereiro, os abates diminuem para ajuste das plantas frigoríficas à demanda do consumo interno.

Região

O Oeste, Norte e Sudoeste concentram a maior parte da produção

de frangos do Paraná, sendo a primeira a líder estadual. Isso ocorre porque a região concentra milhares de pequenas propriedades, que tem na avicultura uma opção para diversificar a produção e a renda.

Além disso, a avicultura industrial é pioneira nas regiões Oeste e Sudoeste. O fato delas concentrarem alta produção de grãos, utilizados na fabricação da ração dos animais, reforça a cadeia. As regionais de Toledo e Cascavel, no Oeste, abrangem os municípios que mais abatem frangos no Paraná. Já Dois Vizinhos, no Sudoeste, é a cidade com registro de maior fluxo de caminhões entre alojamento de pintinhos, transporte de ração e frangos para abate.

Crescimento

Apesar de desafios como o alto custo dos insumos, principalmente da ração, a avicultura paranaense

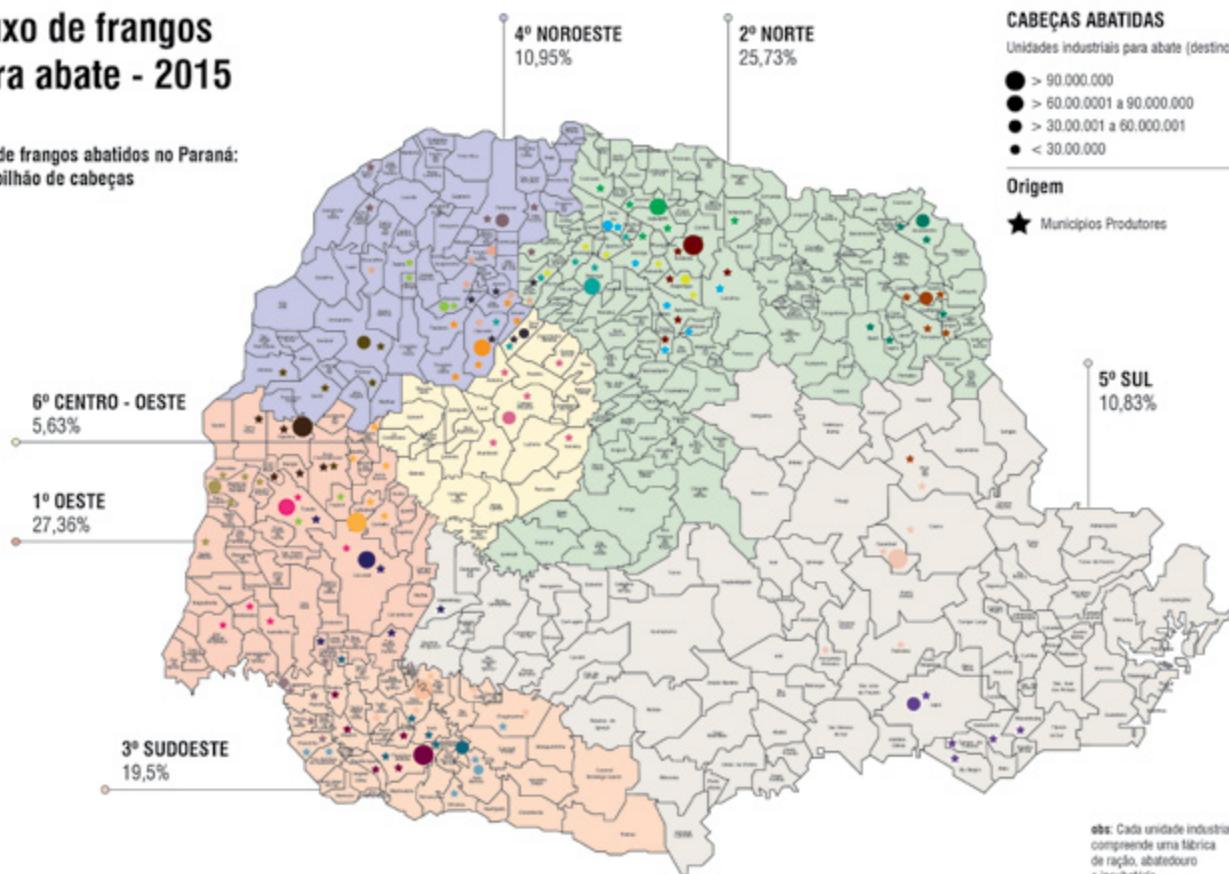
registrou 5% de crescimento na produção e exportação em 2016, em relação a 2015, em função da cadeia produtiva eficiente. Para esse ano, segundo dados da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA), o avanço deve ser de 3% na produção e 5% nas exportações de carne de frango. Para acompanhar o ritmo, o uso de caminhões para unir todos os elos da cadeia também irá crescer.

O crescimento da produção paranaense da proteína está respaldado pela queda da produção de frangos na China, fazendo com que ocorra o aumento de exportação do produto brasileiro. Ainda, os recentes casos de Influenza Aviária em vários países da Europa e da Ásia pode fazer com que muitos mercados procurem a proteína brasileira, com melhor status sanitário.

Acesse o estudo “Potencial de Escocamento da Produção Agropecuária Paranaense” na íntegra no site do Sistema FAEP, no link Serviços.

Fluxo de frangos para abate - 2015

Total de frangos abatidos no Paraná:
1,95 bilhão de cabeças



Usda reduz produção mundial de milho safra 2017/18



Por Ana Paula Kowalski
Engenheira agrônoma DTE/FAEP

O Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (Usda) divulgou, no dia 9 de junho, o relatório de oferta e demanda mundial para os principais produtos agrícolas. O mercado manteve certa estabilidade, conservando os ganhos acumulados no começo de junho frente a um relatório sem muitas novidades e ainda cauteloso devido à precocidade da safra no Hemisfério Norte.

Milho

As estimativas do milho foram as que mais trouxeram suporte às recentes altas na Bolsa de Chicago. A safra 2017/18 sofreu uma redução de 1,8 milhão de toneladas em relação ao relatório de maio e agora está estimada em 1,03 bilhão de toneladas. O reflexo foi imediato no estoque final da safra, que caiu para 194,33 milhões de toneladas, contra 195,27 milhões da estimativa anterior.

O maior impacto negativo para a produção veio do Canadá, que reduziu a área plantada e, também, a produtividade devido ao excesso de chuvas ocorridas no mês de maio. Também foi reportada redução de produção na União Europeia para 62 milhões de toneladas

contra 63,5 milhões de toneladas projetadas em maio.

A safra brasileira 2016/17 foi ampliada em 1 milhão de toneladas, totalizando 97 milhões de toneladas – a Conab estimou a safra de milho em 93,8 milhões de toneladas. Para a temporada 2017/18, manteve-se a projeção de 95 milhões de toneladas.

Trigo

O relatório ampliou a oferta de trigo mundial e dos Estados Unidos, o que não foi suficiente para reverter as expressivas altas acumuladas ao longo da primeira semana de junho em Chicago. O Usda considerou que até o momento as condições são adequadas ao desenvolvimento do trigo no Hemisfério Norte. Porém, o mercado já contempla como fator de redução da produção as projeções climáticas desfavoráveis para as lavouras, especialmente de trigo duro de primavera nos Estados Unidos. Na última semana de maio, também tivemos o primeiro alerta da Bolsa de Cereais da Argentina, com possível redução de área plantada caso não cessem as chuvas em algumas províncias do centro do país ao longo das próximas semanas. Caso não melhorem, estas condições certamente

provocarão queda na produção de trigo na Argentina, o que já está no radar de agentes de mercado do país.

O estoque final de trigo da safra 2017/18 foi ampliado para 261,19 milhões de toneladas, com variação de 1% em relação ao relatório anterior. A estimativa de produção subiu para 739,53 milhões de toneladas, com pequeno aumento para a safra norte-americana. As maiores altas nos estoques finais foram reportadas para os países do Leste Europeu, resultado do maior estoque de passagem da safra 2016/17 e, também, do aumento de produção na Rússia, que deve chegar a 69 milhões de toneladas na safra 2017/18.

Soja

O estoque final da soja safra 2017/18 foi o que mais sofreu alteração dentre as três commodities. O aumento foi de 4% em relação a maio, com um montante estimado em 92,22 milhões de toneladas. A produção mundial permaneceu praticamente inalterada em 344,67 milhões de toneladas. Os novos números vieram do estoque de passagem da safra 2016/17, que foi ampliado para 93,21 milhões de toneladas e

também de uma redução de 0,3% no fluxo de exportações mundiais da temporada, que deve totalizar 149,06 milhões de toneladas.

A safra recorde brasileira 2016/17 foi crucial para esta ampliação do estoque final de 111,6 milhões de toneladas, em maio, para 114 milhões

de toneladas no relatório de junho. Também houve aumento de 0,8% na estimativa de exportação fixada em 62,4 milhões de toneladas.

Junho de 2017 / Milhões de toneladas

TRIGO		Estoque Inicial	Produção	Importação	Moagem Doméstica	Consumo Doméstico	Exportação	Estoque Final
Mundo	2016/17	242,57	754,10	175,85	147,26	740,25	180,33	256,43
	2017/18	256,43	739,53	178,73	139,12	734,77	178,55	261,19
Estados Unidos	2016/17	26,55	62,86	3,18	5,17	32,82	28,17	31,61
	2017/18	31,61	49,64	3,54	4,63	32,41	27,22	25,16
Argentina	2016/17	0,62	17,00	0,01	0,10	5,90	11,20	0,52
	2017/18	0,52	17,50	0,01	0,10	6,00	11,50	0,53
Brasil	2016/17	1,00	6,73	7,00	0,80	11,90	0,70	2,13
	2017/18	2,13	5,60	7,00	0,50	11,70	1,00	2,03

MILHO		Estoque Inicial	Produção	Importação	Moagem Doméstica	Consumo Doméstico	Exportação	Estoque Final
Mundo	2016/17	212,45	1.067,21	137,97	634,59	1.055,08	158,68	224,59
	2017/18	224,59	1.031,86	145,79	650,36	1.062,12	152,91	194,33
Estados Unidos	2016/17	44,12	384,78	1,40	139,71	315,48	56,52	58,30
	2017/18	58,30	357,27	1,27	137,80	315,61	47,63	53,60
Argentina	2016/17	1,06	40,00	0,01	7,00	10,70	27,50	2,87
	2017/18	2,87	40,00	0,01	7,50	11,30	28,50	3,07
Brasil	2016/17	6,77	97,00	0,50	51,00	60,50	34,00	9,77
	2017/18	9,77	95,00	0,30	52,00	61,50	34,00	9,57

SOJA		Estoque Inicial	Produção	Importação	Moagem Doméstica	Consumo Doméstico	Exportação	Estoque Final
Mundo	2016/17	77,13	351,31	140,60	290,57	331,23	144,61	93,21
	2017/18	93,21	344,67	147,61	301,53	344,21	149,06	92,22
Estados Unidos	2016/17	5,35	117,21	0,68	51,98	55,19	55,79	12,26
	2017/18	12,26	115,80	0,68	53,07	56,75	58,51	13,48
Argentina	2016/17	31,70	57,80	1,20	45,00	49,45	8,50	32,75
	2017/18	32,75	57,00	1,20	45,50	50,00	8,50	32,45
Brasil	2016/17	18,20	114,00	0,30	41,50	45,10	62,40	25,00
	2017/18	25,00	107,00	0,25	42,00	45,70	63,50	23,05

Fonte: USDA. Elaboração: DTE | FAEP

Ações regionais do Pecuária Moderna

Comitê gestor do programa fez encontros em Londrina, Maringá, Paranavaí, Cidade Gaúcha e Umuarama



Encontro do Programa Pecuária Moderna em Cidade Gaúcha

O Comitê Gestor do Programa Pecuária Moderna fez cinco encontros regionais em junho para discutir ações do grupo, verificar o andamento da programação dos Regionais em 2017 e a inscrição de produtores no programa em nível regional, além de estabelecer parcerias com fornecedores de insumos, máquinas e reprodutores, e contato com cooperativas de carne. As reuniões foram em Londrina (região Norte) e Maringá (Noroeste) no dia 6; Cidade Gaúcha (Noroeste) e Paranavaí (Noroeste) no dia 7; e Umuarama (Noroeste) em 8 de junho.

Em Londrina, o encontro do Programa Pecuária Moderna teve 17 participantes. Em Maringá, a reunião contou com 22 pessoas. Em Paranavaí foram 15 participantes. O encontro em Cidade Gaúcha reuniu 27 pessoas. Já o de Umuarama teve 23 participantes. Nos encontros, realizados nos sindicatos rurais locais, os representantes dos comitês regionais relataram as ações que vêm con-

duzindo em suas áreas de abrangência, tiraram dúvidas sobre os treinamentos para técnicos e sobre o cadastramento de propriedades.

O programa está fechando parcerias com fornecedores para propiciar descontos aos produtores para compra de insumos, como sementes, fertilizantes, equipamentos, animais de reprodução, entre outros. Os produtores interessados devem procurar os comitês regionais para se cadastrarem. Para a inscrição, basta preencher a ficha cadastral, enviar ao comitê regional, que irá repassar ao central. O produtor recebe uma carteira que poderá ser apresentada na hora da compra dos insumos.

O Programa Pecuária Moderna tem 17 núcleos regionais, atraindo pecuaristas de diferentes portes e sistemas produtivos. O objetivo do programa é consolidar uma pecuária de alto padrão no Estado, com regularidade de oferta, segurança alimentar e sustentabilidade econômica.

Lançado em agosto de 2015 pelo governo do Estado, como apoio de diversas entidades, entre elas o Sistema FAEP/SENAR-PR, o Plano Integrado de Desenvolvimento da Bovinocultura de Corte, o Pecuária Moderna, apresentou como sua principal meta difundir as boas práticas de manejo e gestão nas propriedades de bovinocultura

no Estado, para que os resultados dos produtores paraenses atingissem níveis mais altos de produtividade e qualidade.

Em julho, as próximas reuniões do programa serão em Apucarana e Ivaiporã (dia 11), Campo Mourão (dia 12), Pitanga e Guarapuava (dia 13) e Ponta Grossa (dia 14).



Londrina



Maringá



Paranavá



Umuarama

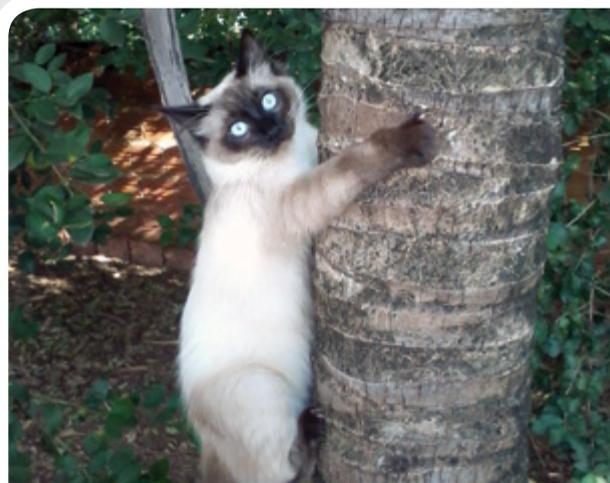


LEITOR EM FOCO

Se você tiver uma foto curiosa, expressiva, mande para publicação pelo email: imprensa@faep.com.br com seu nome e endereço.



Comedores de romã - A leitora Maria Melo, de Curitiba, enviou foto de periquitos que adoram comer romãs na casa dela todas as manhãs



Gato danado - A leitora Lenir Spadim registrou as artimanhas do gato Fofura

As transformações na agricultura brasileira

Estudo desenvolvido pela Embrapa Meio Ambiente e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais mostra o uso agrícola da terra no país ao longo de 25 anos



avanços na infraestrutura e nas políticas públicas, além de maior inserção nos mercados internacionais. Estas considerações mostram que a agricultura brasileira optou por crescer via produtividade, um método moderno, baseado em ciência e tecnologia, que exige forte participação do setor público”.

Os dados ficam ainda mais evidentes quando a análise ocorre por cultura, de forma individual. Na cana-de-açúcar, em 1990, 32 municípios, os maiores produtores, respondiam por 25% da produção nacional. Passados 25 anos, esse número aumentou para 54.

No milho, 81 cidades respondiam por um quarto da produção nacional em 1990, passando para apenas 24 em 2014. Apenas oito da lista de maiores produtores se mantiveram,

surgindo outros 16 novos polos produtores do cereal. Pelo lado tecnológico, a produção média nesse grupo aumentou 113,1%, sendo que a produtividade cresceu 316,8%.

Na soja, a quantidade de municípios responsáveis por 25% da produção brasileira praticamente não aumentou nestes 25 anos, subiu de 26 para 27. Porém, apenas nove permaneceram no grupo de maiores produtores, o que demonstra a mudança geográfica ocorrida. A produtividade da cultura cresceu 52,6%, sendo que a máxima aumentou bem menos (30,2%) que a mínima (98,6%), resultando numa maior homogeneidade do grupo, representada pela redução de 50,7% no Coeficiente de Variação (CV).

As imagens de satélite mostram também que as três culturas também “caminharam” rumo às regiões onde os municípios incorporaram à produção agrícola de commodities em grande escala. Isso ocorreu por conta dos produtores inseridos e informados, que passaram a conduzir as lavouras com mais tecnologias, alcançando maior produtividade.

Nas últimas duas décadas e meia, a agricultura brasileira sofreu transformações significativas, tanto em avanço de área como em produção. Um estudo desenvolvido pelos pesquisadores da Embrapa Meio Ambiente e do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) utilizou as três maiores culturas em área – soja, cana-de-açúcar e milho – para estabelecer um paralelo no campo entre 1990 e 2014.

Neste período, a área colhida com cana-de-açúcar, milho e soja aumentou 106,8%, em praticamente todas as regiões do país – o crescimento das três lavouras não foi uniforme no espaço. No mesmo período, a quantidade produzida cresceu 197,4%, principalmente, em função do aumento da produtividade agrícola com a adoção em grande escala da prática da safrinha ou segunda safra. Imagens de satélite foram utilizadas para exemplificar as mudanças de uso e cobertura do solo em algumas áreas escolhidas.

Segundo os pesquisadores que participaram do estudo, “os avanços técnicos são responsáveis por grande parte dessas mudanças. Entretanto, também envolveu

Feijão mais resistente

O Instituto Agronômico do Paraná (Iapar) desenvolveu uma variedade de feijão carioca mais resistente a doença. A cultivar IPR Celeiro tem mais tolerância ao mosaico dourado. A planta pode ser infectada, mas reage com sintomas fracos, o que representa menos danos à produção. A variedade é resultado de 40 anos de pesquisas. A IPR Celeiro é indicada para plantio na safra de outono/inverno, para as regiões de ocorrência do mosaico dourado, de acordo com o zoneamento agrícola estabelecido pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa).



Conservação do solo e da água

Um seminário organizado pelo Núcleo Regional da Secretaria Estadual da Agricultura e Abastecimento de Campo Mourão (região Central do Estado) debateu a conservação de solo e água na região. O encontro no dia 8 de junho reuniu cerca de 320 pessoas, entre produtores rurais, lideranças e técnicos, na sede da Associação dos Engenheiros Agrônomos. Durante o evento foi debatida a atual situação de degradação dos solos e dos rios. No encontro foram apresentadas ações para reverter o quadro e como práticas conservacionistas permitem a sustentabilidade agropecuária com alta produtividade.

Uso de bactéria para produzir mais

O uso de uma bactéria no plantio de milho e soja pode ajudar a impulsionar a produção dos grãos, reduzindo o uso de fertilizantes. A pesquisa é da Universidade de São Paulo (USP). O primeiro teste com a bactéria, segundo o estudo, resultou em um aumento de 8% na produção de milho na área usada para o experimento. Foram colhidas 16 sacas a mais por hectare. Já a soja teve um crescimento de 11% na produção, como um aumento de 11 sacas por hectare. De acordo com a pesquisa, os resultados foram obtidos mesmo com a redução de 30% na quantidade de fertilizante utilizado no plantio.





PALOTINA

DERIVADOS DE MILHO

O Sindicato Rural de Palotina promoveu, nos dias 25 e 26 de abril, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Básico em Milho. Participaram 11 pessoas com a instrutora Silvia Lucia Neves.



SÃO JOSÉ DOS PINHAIS

JAA

O Sindicato Rural de São José dos Pinhais promoveu, em 25 de abril, uma aula de campo com alunos do programa Jovem Agricultor Aprendiz (JAA). Participaram 17 jovens com a instrutora Ellen Buso.



IBIPORÃ

DERIVADOS DE PESCADO

O Sindicato Rural de Ibiporã promoveu, nos dias 23 e 24 de maio, o curso Produção Artesanal de Alimentos – Derivados de Pescado. Participaram do curso 15 produtoras rurais com o instrutor Frederico Leonneo Mahnic.



TIBAGI

LEITE

O Sindicato Rural de Tibagi, em parceria com a Agência do Trabalhador, promoveu, nos dias 22, 23 e 24 de maio, o curso Bovinocultura de Leite – Manejo e Ordenha. Participaram 12 pessoas com a instrutora Terezinha Bortolan Rivarola.



IBAITI

PANIFICAÇÃO

O Sindicato Rural de Ibaiti promoveu, no dia 11 de abril, o curso Panificação. Participaram 15 produtoras rurais com a instrutora Maria Luzinete Pina Zanni.



CIANORTE

HORTIMAIS

O Sindicato Rural de Cianorte promoveu, em sua extensão de base no município de São Manoel do Paraná, o curso Planejamento da Produção, do Plantio à Comercialização – Programa Hortimais. As atividades ocorreram entre os dias 12 e 20 de abril. Participaram 14 pessoas com a instrutora Karina Calil Caparroz.



JACAREZINHO

DERIVADOS DE LEITE

O Sindicato Rural de Jacarezinho promoveu, nos dias 30 e 31 de maio, o curso Derivados de Leite. Participaram 14 pessoas com a instrutora Celeste Oliveira Mello.



ALTÔNIA

MANDIOCA

O Sindicato Rural de Altônia promoveu, nos dias 1.º e 2 de junho, o curso Básico em Mandioca. Participaram 15 produtoras rurais com o instrutor Frederico Leoneo Mahnic.

VIA RÁPIDA

Descoberta arqueológica



Arqueólogos anunciaram a descoberta de restos do que seria um templo asteca e uma quadra de jogos ritualísticos no centro da Cidade do México. As escavações revelaram a fundação de um templo de formato circular dedicado ao deus do vento asteca Ehecatl. O templo teria sido erguido entre 1486 e 1502, durante o reinado do imperador asteca Ahuizotl, antecessor de Montezuma. Parte do reboco branco original continua visível em partes das ruínas. Relatos espanhóis da época da colonização contam de uma disputa entre Montezuma e um velho rei, realizada supostamente na quadra recém descoberta. O jovem imperador teria perdido a partida para o rei idoso, o que foi tomado como um sinal de que os dias do Império Asteca estavam contados. Montezuma foi deposto pelo conquistador Hernán Cortés, durante a conquista espanhola do México.

Fim do mistério

Um mistério de quase 40 anos parece ter sido decifrado. Em 15 de agosto de 1977, um sinal sonoro na faixa de 1,42 GHz foi detectado pelo radiotelescópio da Universidade Estadual de Ohio, nos Estados Unidos. Por quatro décadas se especulou se o tal sinal, chamado de Wow!, seria uma mensagem alienígena. No ano passado, um ex-analista do Departamento de Defesa norte-americano decidiu investigar o caso. Antonio Paris descobriu que em 1977, dois cometas: 266P/Christensen e 335P/Gibbs, estavam na região de onde partiu o sinal em 1977. Vale lembrar que os dois cometas só foram descobertos em 2006 e 2008. Em janeiro, o 266P/Christensen passou novamente pela mesma área do Wow!. O cometa teria emitido o mesmo sinal sonoro na faixa de 1,42 GHz.



“A vida é cheia de obrigações que a gente cumpre por mais vontade que tenha de as infringir deslavadamente.”

Machado de Assis,
escritor brasileiro

Conhecendo o Trem

Um caipira chega na cidade montado em seu cavalo, quando se depara com um trem, algo que nunca tinha visto. Impressionado resolve laçá-lo, sendo arrastado junto com seu cavalo e conseqüentemente ficando todo quebrado. Passados alguns dias, após sair do hospital, passa por uma loja de brinquedos e vê um trenzinho na vitrine, não pensa duas vezes, saca do revolver e mete bala no trem. O vendedor vendo aquilo pergunta:

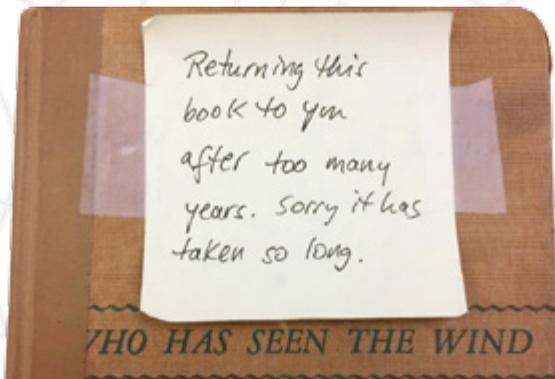
- Por que o senhor fez isso?

O caipira estufa o peito e responde:

- Salvei ocê, se não mato enquanto for filhote, depois de grande ninguém segura.

Antes tarde...

Já diz um velho ditado: Antes tarde do que nunca. Bom, parece ter sido este o estímulo para um frequentador da West Hartford Libraries, no estado norte-americano de Connecticut, devolver um livro emprestado após 52 anos de atraso. O leitor, cuja a identidade foi mantida em sigilo, devolveu o romance "Who Has Seen the Wind", de W.O. Mitchell. Junto ao livro enviou um bilhete com um pedido de desculpas. O romance deveria ter sido entregue em 29 de setembro de 1965. O livro foi doado para o museu local.



Mexendo a orelha

Um gesto comum entre mamíferos, a habilidade de mover as orelhas é possível para 20% dos seres humanos. O controle dos músculos auriculares foi perdendo a função biológica, segundo pesquisadores, ao longo da evolução da espécie humana. Se cães e gatos movem as orelhas para demonstrar emoções ou para facilitar a captação de som, para os homens essa habilidade é inútil, a não ser que a pessoa com o poder o use para entreter crianças e amigos.



O Pior Aluno

- Joãozinho, venha aqui.
- Sim, pai.
- A sua professora me disse que você é o aluno mais vagabundo, relapso, malandro, preguiçoso e bagunceiro da turma de 20 alunos.
- Podia ser pior, pai.
- Como assim pior?
- A turma podia ter 40 alunos.



UMA SIMPLES FOTO



ISSO É MUITA SABEDORIA

Quando fazemos tudo para que nos amem e não conseguimos, resta-nos um último recurso: não fazer mais nada. Por isso, digo, quando não obtivermos o amor, o afeto ou a ternura que havíamos solicitado, melhor será desistirmos e procurar mais adiante os sentimentos que nos negaram. Não fazer esforços inúteis, pois o amor nasce, ou não, espontaneamente, mas nunca por força de imposição.

Às vezes, é inútil esforçar-se demais, nada se consegue; outras ve-

zes, nada damos e o amor se rende aos nossos pés. Os sentimentos são sempre uma surpresa. Nunca foram uma caridade mendigada, uma compaixão ou um favor concedido. Quase sempre amamos a quem nos ama mal, e desprezamos quem melhor nos quer. Assim, repito, quando tivermos feito tudo para conseguir um amor, e falhado, resta-nos um só caminho...o de mais nada fazer.

Clarice Lispector

Endereço para devolução:

Federação da Agricultura do Estado do Paraná
Av. Marechal Deodoro, 450 - 14º andar
CEP 80010-010 - Curitiba - Paraná

EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS



- | | |
|---|--|
| <input type="checkbox"/> Mudou-se | <input type="checkbox"/> Falecido |
| <input type="checkbox"/> Desconhecido | <input type="checkbox"/> Ausente |
| <input type="checkbox"/> Recusado | <input type="checkbox"/> Não procurado |
| <input type="checkbox"/> Endereço insuficiente | |
| <input type="checkbox"/> Não existe o nº indicado | |
| <input type="checkbox"/> Informação dada pelo porteiro ou síndico | |

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

Em ___/___/___
Em ___/___/___

Responsável _____

Acesse a versão digital deste informativo:

sistemafaep.org.br

• FAEP - R. Marechal Deodoro, 450 | 14º andar | CEP 80010-010 Curitiba-PR | F. 41 2169.7988 | Fax 41 3323.2124 | sistemafaep.org.br | faep@faep.com.br

• SENAR-PR - R. Marechal Deodoro, 450 | 16º andar | CEP 80010-010 Curitiba - PR | F. 41 2106.0401 | Fax 41 3323.1779 | sistemafaep.org.br | senapr@senarpr.org.br

Siga o Sistema FAEP/SENAR-PR nas redes sociais

